

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.214, DE 2003

Acrescenta dispositivo à Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que “institui o Código de Processo Civil”

Autor: Deputado Luiz Bittencourt

Relator: Deputado Darci Coelho

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição que visa a acrescentar dispositivo no Código de Processo Civil, explicitando que a prisão do depositário infiel pode ser decretada nos autos da execução, dispensando-se a propositura da ação de depósito.

O Projeto vem embasado na justificativa de que tal medida atenderá os ditames da economia processual. Esse entendimento já foi, até, objeto da Súmula 619, do Supremo Tribunal Federal.

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

Aberto o prazo, a proposição não recebeu emendas.

II - VOTO DO RELATOR

Estão satisfeitos os requisitos constitucionais sobre a competência para legislar (art. 22 da Constituição Federal) e de iniciativa legislativa (art. 61, CF). A proposição está de acordo com os princípios do sistema jurídico nacional e está redigida de acordo com a melhor técnica legislativa.

A análise do mérito é simples, resumindo-se à constatação de que a jurisprudência aponta os caminhos do aperfeiçoamento da legislação. A norma em questão já se tornou, até, Súmula do STF.

Certamente, acrescentar a nova regra ao texto do Código de Processo Civil contribuirá para maior agilidade da prestação jurisdicional. Mormente no que tange a uma das únicas possibilidades de privação da liberdade por motivos civis, que é o caso do depositário infiel, é preciso que a letra da lei seja clara e explícita, contribuindo para a clareza da ação do Poder Judiciário nesses casos.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição em tela, bem como, no mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão, 16 de abril de 2004 .

Deputado DARCI COELHO
Relator